



IV Congresso Internacional de Educação- Violência de gênero, racismo, identidade e preconceito: Novos tempos, velhos desafios da sociedade da desigualdade.

Suzan Kelly Ferreira Benites, UFMS

fsuzankelly@gmail.com

Profª Drª Fátima Cristina D. F. Cunha, UFMS

fatima.cunhs@ufms.br

A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO

O sistema de ensino tem voltado seu olhar, cada vez mais para a necessidade de se incluir na escola, a criança com deficiência, adotando um especial cuidado voltado para as práticas pedagógicas, convertendo o processo de ensino e aprendizagem em uma educação inclusiva, sempre respeitando a diversidade, sem esquecer que o papel de uma escola moderna deve ser ajudar no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança. A inclusão de crianças com deficiência que focamos nessa pesquisa no âmbito escolar, foi elaborado no Centro de Educação Infantil - CEINF Centro de Educação Infantil Anália Adolpho Albres, situado à Rua Bahia, nº1638, centro, mantido pela Prefeitura Municipal de Anastácio, administrado pela Secretária Municipal de Educação. No qual percebemos que nem todas as pessoas envolvidas com a educação infantil estão preparadas para fazer a inclusão propriamente dita. Na nossa pesquisa bibliográfica recorreremos aos teóricos da área, e nos apoiamos na Declaração de Salamanca (1994), Constituição Federal, Lei Diretrizes e Bases – LDB e Lei 8069–ECA. O principal foco da pesquisa era descobrir o que eles compreendiam e se possuíam formação para ensinar as crianças com deficiência, a fim de contribuir com a inclusão, visto que a inclusão deverá acontecer desde a educação infantil. Concluímos que, segundo os professores, que participaram das entrevistas informais, que a formação específica seria uma maneira de contribuir para que a inclusão realmente acontecesse na educação escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Educação.

ABSTRACT

The education system has increasingly turned its attention to the need to include children with disabilities in school, adopting special care towards pedagogical practices, converting the teaching and learning process into an inclusive education, always respecting diversity, without forgetting that the role of a modern school should be to help the child's cognitive, emotional and social development. The inclusion of children with disabilities that we focus on in this research in the school environment, was developed at the Early Childhood Education Center - CEINF Centro de Educação Infantil Anália Adolpho Albres, located at Rua Bahia, nº1638, center, maintained by the Anastácio City Hall, administered by the Secretary Municipal Education. In which we realize that not all people involved with early childhood education are prepared to carry out inclusion itself. In our bibliographical research we turned to theorists in the area, and we relied on the Salamanca Declaration (1994), Federal Constitution, Lei Diretrizes e Bases – LDB and Lei 8069–ECA. The main focus of the research was to find out what they understood and if they had training to teach children with disabilities, in order to contribute to inclusion, since inclusion should happen from early childhood education. We concluded that, according to the teachers, who participated in the informal interviews, that specific training would be a way of contributing to inclusion really happening in school education.

Keywords: Inclusion. Child education. Education.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, temos testemunhado um crescente movimento em direção à inclusão de crianças com necessidades especiais nesse ambiente educacional. A inclusão não apenas fortalece os valores de igualdade e respeito, mas também proporciona oportunidades valiosas para todos os envolvidos. Neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo destacar a importância da inclusão de crianças especiais na educação infantil e os benefícios que ela traz para a sociedade como um todo. De acordo com o site gestão escolar, o princípio de inclusão parte dos direitos de todos à Educação, independentemente das diferenças individuais – inspirada nos princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994). Está presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, de 2008. Segundo o site os gestores devem saber o que diz a Constituição, mas principalmente conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de pessoas com deficiência e com qualquer necessidade especial de frequentar ambientes educacionais inclusivos.

Pelo fato de estar concluindo o Curso de Pedagogia, escolhi o tema, como uma necessidade de melhor entendimento acerca do processo da inclusão de crianças com necessidades especiais e a prática docente na diversidade. Na pesquisa apresentamos

como foco de estudo, alunos da pré-escola regularmente em um dos Centros de Educação Infantil, da cidade de Anastácio, onde estagiei e pude verificar in loco a situação. A pesquisa foi desenvolvida a partir da observação e entrevista informais.

No decorrer desse estudo, pretendíamos identificar se o processo inclusivo acontece realmente nas instituições de educação Infantil ou se a criança com necessidades especiais é inserida no contexto escolar como mero preenchimento de tempo. O cotidiano escolar possui desafios constantes que exigem do professor conhecimento acadêmico e sensibilidade para poder trabalhar com as diferentes realidades dos alunos e ainda promover a inclusão, processo esse que foi evidenciado durante pesquisa.

Há que se levar em conta a diversidade cultural, social e pessoal onde estas crianças com necessidades especiais estão inseridas. Valorizar seus acertos e estimulá-los para que os alunos possam avançar e superar-se.

Ao trabalhar com o aluno especial o professor tem a noção de que muitos não serão capazes de assimilar da mesma maneira que outros alunos, no entanto é possível estabelecer vínculos independentemente de sua necessidade e ainda ter a certeza de que alguma informação foi registrada, pois a forma de assimilação é diferenciada.

A educação inclusiva pressupõe o reconhecimento e a valorização das diferenças. Ou seja, cada um tem o direito de ser como é. Nesse sentido, aspectos relativos ao diagnóstico dos estudantes, assim como qualquer outra de suas características, não podem ser neutralizados ou negados. Conhecê-los pode ajudar os educadores a identificar os apoios necessários para que o aluno participe plenamente e em igualdade de condições da vida escolar. Além disso, ter um laudo é direito do estudante.

A educação infantil é um período crucial para a formação da personalidade e para a aquisição de habilidades fundamentais. Incluir crianças com necessidades especiais nesse ambiente é uma forma de enriquecer a experiência de todas as crianças, permitindo-lhes interagir com pessoas que possuem diferentes perspectivas e características. Assim sendo, promove a empatia, o respeito à diversidade e a compreensão de que todos têm habilidades únicas a oferecer.

2 A INCLUSÃO E AS LEIS

O que significa incluir? Segundo o dicionário Aurélio (2010), incluir significa inserir algo, em algum lugar. Isso consiste em um processo de inserção. Desta forma, o termo inserção se refere a incluir, ou seja, pode-se dizer que neste contexto faz menção à

inclusão de pessoas em algum lugar. Desse modo, podemos considerar o lugar onde se aprende formalmente a ler, a escrever, como a escola.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, garante aos alunos com necessidades especiais o direito a criação de programas de prevenção e atendimento especializado, e assistência às famílias responsáveis.

A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seu capítulo V, trata da Educação Especial e, especificamente no que se refere ao artigo 58, traz a seguinte definição: Entende-se por Educação Especial, para os efeitos da lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (Brasil, 1996).

No seu artigo 59, reforça que para um atendimento de qualidade deve haver a capacitação do corpo docente para que, seja qual for a modalidade e a sua necessidade, os alunos possam receber a orientação e ensino adequado. Infelizmente pudemos perceber que essa não é a realidade das escolas, nem todos os professores estão preparados para executar tal missão.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) é um importante documento onde se encontram de forma condensada importantes diretrizes e informações sobre a implantação da inclusão nas escolas e a garantia de apoio necessário para que os alunos, dentro das suas limitações, possam participar e aprender.

Assim, a Educação Especial, segundo a perspectiva: “passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/desenvolvimento” (Brasil, 2008, p. 11).

Em 2015, foi redigido o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido como a Lei Brasileira de Inclusão, onde diz, a respeito de educação, que: constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Art. 27).

No Art. 7º da LDB, expressa-se que “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 1996).

Ao analisar o conteúdo desses documentos, da inclusão desses alunos, a escola passa a ser considerado lugar para todos, caracterizando um grande passo para a educação, pois enriquece o conceito da diversidade e do respeito às diferenças de cada um, o que é de grande valia para a quebra dos paradigmas voltados a tais alunos, e de grande importância para seu desenvolvimento a se ver como parte integrante e importante da sociedade.

Para que realmente a educação inclusiva aconteça na prática, faz-se necessário uma reestruturação geral, visto que a escola deverá tornar-se aberta à criação de novas possibilidades de conhecimento (Mantoan, 2003).

Houve um período, segundo Sasaki (2003), que perdurou algumas décadas no campo das pessoas com necessidades especiais: então vigorava a ideia de integração, ou seja, a integração que na prática limitava-se a pessoa com necessidade especial; procurava identificar-se, com as pessoas consideradas “normais”, visto que assim poderiam ser realmente consideradas aptas a serem inseridas na sociedade.

Ainda neste contexto Mantoan (2003, p. 23) comenta que, “a escola não muda como um todo, (quando se trata de integração), mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências”, contrariamente ao que acontece, quando o foco da discussão está centrado no tema da inclusão.

Por sua vez, a inclusão consiste na elaboração de um projeto, que englobe o aluno como um todo, valorizando o seu potencial natural, suas reais necessidades e suas limitações.

3 O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, considera-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania devem estar embasadas nos seguintes princípios:

- o respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.;
- o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil;

- o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética;
- a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;
- o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

Mas ainda há muito que fazer para que se alcance um ensino infantil de qualidade, pois ainda existe uma série de outros fatores a serem adaptados a essa nova realidade, e dentre eles está o atendimento da criança com necessidades especiais.

Tendo em vista os direitos e as necessidades das crianças no que se refere à educação inclusiva, devemos pensar nessas diferenças que está presente não só nos Centros de Educação Infantil, mais em todos os lugares, de uma forma que temos todos os mesmos direitos tanto de fazer parte da sociedade, quanto de frequentar uma escola de qualidade e comprometida com o bem estar do ser humano com direitos de acesso e permanência ao conhecimento sistematizado.

4 A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

A criança quando nasce necessita dos cuidados do adulto, totalmente dependente de uma outra pessoa seja seu pai, sua mãe ou qualquer outra pessoa que possa cuidar, mediar e inserir esse ser imaturo e incompleto ao mundo em que está posto com uma longa caminhada de experiências vividas e histórias pela humanidade, que vem mudando de tempo em tempo, com a necessidade de estar evoluindo sempre.

Portanto, com a criança deficiente não é diferente, apenas exige mais atenção e cuidados especializados. Começando na família se for detectada a deficiência rapidamente e começar a tratar com médicos especialistas que possam orientar esses pais, pois quando se tem um filho com deficiência ninguém está preparado para recebê-lo.

Todos vão passar por um processo de adaptação os pais e profissionais, principalmente os professores que são comprometidos com a educação especial, buscando melhores meios de atender essa criança, para que venha ter um desenvolvimento significativo de modo integral e se torne um adulto com possibilidades de inserção na sociedade como de fato e de direito.

Na educação infantil o aluno inicia uma série de rotinas que deverão segui-lo durante toda a vida escolar, suas descobertas serão iniciadas e caberá ao professor auxiliar e fomentar a mágica descoberta do mundo da aprendizagem.

Todo trabalho realizado na alfabetização será de suma importância para as séries futuras, com o aluno portador de necessidades especiais as descobertas podem ser mágicas ainda maiores. Ao iniciar a vida na instituição infantil o aluno não é mais uma página em branco, ou seja, mesmo com dificuldades e limitações o conhecimento empírico não deve ser abandonado e sim aproveitado para que este perceba que ali é um local onde o aprendizado e as descobertas serão constantes e que as experiências vão estar presentes em sua vida também fora da instituição.

A inclusão num sentido mais amplo significa o direito ao exercício da cidadania, sendo a inclusão escolar apenas uma pequena parcela do processo que precisamos percorrer. A cidadania do portador de necessidades especiais é um caminho recente e que evolui de maneira tímida, propondo a igualdade entre os homens e o direito à educação a todos os indivíduos. (Santos, 2006 p.32)

Algumas patologias não são identificadas ainda na primeira infância, portanto caberá a todos os envolvidos no processo educacional também o papel de investigador, pois se o aluno possui alguma limitação física e/ou mental deverá ser acompanhado e assim permanecer na unidade interagindo com todos.

5 O PAPEL DO DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

As discussões realizadas ao longo dos tempos dão conta de importantes avanços nas produções teóricas a respeito do processo de alfabetização. Esses avanços requerem, portanto, do professor alfabetizador um vasto repertório de conhecimentos condizentes à especificidade do processo de aquisição da leitura e escrita. São conhecimentos que se articulam tanto aos saberes pertinentes à natureza da alfabetização, quanto à ação pedagógica nesta área.

Os cursos de formação de professores deve considerar a ação pedagógica diretamente associada às concepções sociais /mundo letrado em que a criança esta inserida.

Nessa perspectiva a prática do professor esta concomitantemente associada a crianças com diferentes graus de letramento, de um modo ou de outro, o professor estará lidando com crianças em processo de alfabetização. Esse fato exige uma intervenção didática centrada na construção de saberes linguísticos, entre eles a leitura e a escrita.

Para que essa intervenção didática aconteça de forma coerente e dinâmica, cabe ao professor construir competências para a organização e execução de uma prática pedagógica que se caracterize como um saber-fazer-bem, envolvendo reflexão crítica sobre sua ação.

Cagliari (1993), ao se reportar à competência técnica do alfabetizador, destaca:

Os cursos de formação de professor têm se preocupado muito com outros aspectos da escola, dando muitas vezes um valor indevido aos aspectos pedagógicos, metodológicos e psicológicos. Como educador, o professor precisa ter uma formação geral, e esses conhecimentos são básicos. Como professor alfabetizador precisa ter conhecimentos técnicos sólidos e completos. Para ensinar alguém a ler e escrever, é preciso conhecer profundamente o funcionamento da escrita e da decifração e como a escrita e a fala se relacionam. (1993, p. 130).

Sendo assim é necessário, pois, que a formação do professor alfabetizador privilegie, também, os aspectos ligados à importância da linguagem oral no contexto social, explicitando que a variação linguística deve ser respeitada e tomada como ponto de partida nas construções sobre o escrever.

6 CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANÁLIA ADOLPHO ALBRES

Selecionamos o Centro de Educação Infantil - CEINF Centro de Educação Infantil Anália Adolpho Albres, situado à Rua Bahia, nº1638, centro, mantido pela Prefeitura Municipal de Anastácio, administrado pela Secretária Municipal de Educação.

Após nos inteirarmos dos propósitos que regem a instituição, partimos para a coleta de dados que foi organizada por meio de entrevistas informais, aos pais dos alunos com necessidades especiais, o que contribuiu para a análise da pesquisa, oportunizando destacar visão que os mesmos têm da instituição bem como das propostas de inclusão desenvolvidas pelo CEINF.

Este trabalho pretende fazer um estudo sob a etapa da inserção da criança com necessidades especiais na educação infantil e o processo de ensinar na diversidade, efetivar a participação de todos os envolvidos nesse processo. Aos entrevistados do CEINF - Centro de Educação Infantil Anália Adolpho Albres, situado à Rua Bahia, nº1638, centro de Anastácio foram identificadas as seguintes características: a média de idade do pai/mãe está entre 20 e 45 anos, cujos filhos tem entre 0 e 5 anos; cursaram até o ensino médio; São, geralmente, casados; Moram com o(a) esposo(a) / companheiro(a)

e os filhos; Moram em torno de 4 pessoas na residência familiar; Vão a pé / carona / bicicleta para chegar ao CEINF.

As mães, trabalham no setor autônomo, são independentes financeiramente e recebem entre 1 e 2 salários mínimos; Os pais, normalmente, contribuem mais com a renda familiar; Os pais, via de regra, trabalham no comércio, órgão público ou Frigorífico. A maioria das famílias reside em casa alugada ou financiada; Não possuem plano de saúde e, a maioria, algumas mães recebem benefício social.

Evidenciamos que alguns pais se posicionam diante da instituição com uma visão voltada para o assistencialismo. Tal afirmação se dá visto que a disponibilidade que as mesmas têm em manter um contato mais efetivo só ocorre em fatos direcionados a higiene e alimentação das crianças ignoram-se dessa forma todo trabalho pedagógico desenvolvido.

Para a organização das entrevistas informais foi elaborada uma rotina, que era rigorosamente seguida, já que envolvia a disponibilidade de horários de pessoas que se propuseram a contribuir com esta pesquisa.

Na interação desenvolvida caracterizamos para os entrevistados a instituição de educação infantil como um espaço de vivências, experiências e aprendizagem. Nela, as crianças se socializam, brincam e convivem com a diversidade humana. A convivência com essa diversidade é enriquecida quando os familiares acompanham as atividades planejadas e suas produções. Estando aberta a essa participação, a instituição de educação infantil aumenta a possibilidade de fazer um bom trabalho, uma vez que permite a integração entre familiares e CEINF.

De toda forma, discutir a ausência dos pais nas Reuniões Pedagógicas e concomitantemente sua desinformação a todas as ações desenvolvidas nas instituições em prol do pleno desenvolvimento da criança pressupõe a urgência de uma atenção bastante acurada sobre as implicações que geram essas referidas ausências. Desta tarefa não poderão se furtar os responsáveis pela política educacional.

6.1 CEINF ANASTÁCIO

O Centro de Educação Infantil oferecerá o atendimento às crianças de segunda a sexta-feira, em regime Integral e semi – integral, e obedecerá aos seguintes horários:

Berçário e Maternal I = 07h 00 min às 17h 00 min .

Maternal II = 07h 00 min às 11h 00 min das 13 h 00 min as 17h 00 min.

Pré I = 07h00 min às 11h 00 min das 13h 00 min as 17h 00 min.

Pré II = 07h 00 min às 11h 00 min das 13h 00 min às 17h 00 min h.

As salas dos Berçários possuem lactários e fraldários.

Além das salas de aula, há uma sala multiuso, banheiros para alunos (masculino e feminino), adaptados a faixa etária, banheiros acessíveis aos professores (masculino e feminino), almoxarifados e depósitos. No setor administrativo temos uma sala para a direção, uma sala para secretaria escolar, uma cozinha, uma despensa, um refeitório e uma lavanderia. As mães dos lactantes terão o horário de amamentação assegurado - Decreto-lei nº 5.452.

Rotina diária: os seguintes horários buscam a disciplina dos alunos em relação a alimentação, as rotinas tentam se adequar a uma alimentação regrada, levando ao sustento do corpo. Se adaptando as necessidades do desenvolvimento das crianças.

Rotina Matutino

Entrada: 7 h;

Café da manhã: 07 h 30 min;

Saída para o pátio: 08 h 40 min;

Almoço: 10 h;

Saída: 11 h

Rotina Vespertino

Entrada: 13 h;

Lanche: 13 h 30 min;

Saída para o pátio: 14 h 40 min;

Jantar: 15 h 30 min;

Saída: 17 h .

A equipe é composta de 49 (quarenta e nove) funcionários entre eles: uma Diretora com formação em Pedagogia – Pós Metodologia do Ensino de Artes, uma Coordenadora Pedagógica com formação Normal Superior, Secretária formação em Letras, Mestrado em letras, três Auxiliares Materno Infantil com Normal Médio e Pedagogia, uma merendeira e uma Auxiliar de Serviços Gerais e cinco professores sendo: dois com Normal Médio e Pedagogia e três com Pedagogia, um professor com Especialização em Educação Infantil.

Rotina na instituição: o portão do CEINF abre às 6h30min e os pais com as crianças são recebidos pela coordenadora e ou pela auxiliar Infantil e encaminhados até o refeitório. As crianças ficam com as outras duas auxiliares com até as 7horas, quando são encaminhadas para suas respectivas salas. As crianças do berçário são entregues pelos pais as funcionárias na porta da própria da sala.

Diariamente é organizada uma rotina compartilhada com as crianças, assim como a apresentação de normas e regras da instituição. As crianças recebem alimentação de qualidade, onde cardápios são elaborados por nutricionistas que suprem as necessidades, para uma vida saudável. Os professores são orientados para tratar todas as crianças de forma igual, e ensinam as crianças a tratarem os colegas respeitando suas diferenças. Em cada sala a professora juntamente com auxiliar infantil organiza um registro sobre as diversas atividades de cada criança.

As reuniões pedagógicas com os pais acontecem bimestralmente para repassar o andamento das atividades realizadas, oportunidade que os pais têm de conversar com as professoras, onde são entregues as atividades. Realizamos também reuniões com as famílias tanto educativas como culturais (dia dos pais, dia das mães, páscoa, mostra cultural, Festa de Natal) ações desenvolvidas pela equipe através de apresentações com as crianças para propiciar a interação e o envolvimento da família com o CEINF.

A instituição visa muito à qualidade de vida de cada criança investigando o excesso de faltas, por meio de ligações telefônicas aos responsáveis. A direção encaminha para os órgãos competentes, as crianças que apresentam necessidades de atendimento (dentista, psicólogo ou médicos). Isto muitas vezes não é levado a sério pelos pais e muitos ficam contrariados, quando se cobra a responsabilidade deles com seus filhos, lembrando-os sobre os direitos da criança existentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Percebe-se que a minoria conhece o estatuto e mesmo, os que conhecem não respeitam os direitos estabelecidos.

Os funcionárias são orientados para atender os pais com educação e respeito e manter a calma em situação difícil. Muitas vezes os funcionários não são respeitados e valorizados pelos pais, alguns são mal informados, tem pouca escolaridade e qualquer fato se torna uma polêmica, pois não gostam de ser cobrados, mas alguns pais superam as angustias diárias, surpreendem com sua atenção, são parceiros e carinhosos.

No início do ano letivo, os professores fazem um levantamento prévio das crianças para elaborar seu planejamento, que é realizado semanalmente na própria instituição.

Trocam ideias entre si principalmente em datas comemorativas e projetos (meio ambiente, dengue, trânsito e as aulas passeio). Para o planejamento são usados diferentes recursos pedagógicos que se encontram no CEINF como: livros, internet e revistas.

Os profissionais do CEINF procuram conversar entre si ou às vezes levam até a direção os conflitos e discussões para o dialogo e negociação para tudo ficar em harmonia e paz, achar soluções cabíveis em cada unidade.

O quadro de funcionário é insuficiente para atender a necessidade dos CEINFs, uma vez que a SEMED, gradativamente, vem suprindo com mais professores e apoio pedagógico. Os funcionários são assíduos em sua jornada de trabalho, mas há algumas exceções de funcionárias que faltam sem justificativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco na inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, e ainda propor aos professores uma reflexão acerca das atividades, a valorização dos mesmos, a partir da seguinte indagação: se existe uma luta por uma educação inclusiva, e ao mesmo tempo questionar se existe a possibilidade da exclusão persistir. ,

Nessa perspectiva evidenciamos que a inclusão é um processo de ação continuada que garante a criança com necessidades especiais durante o processo de alfabetização o acesso ao conhecimento independentemente de sua condição. Para que isso ocorra de fato é necessário que a criança passe a interagir e a fazer parte efetivamente do cotidiano escolar.

Algumas crianças criam trabalhos que para alguns não faz sentido, no entanto quando questionados sobre suas produções muitos são capazes de tecer comentários pertinentes e elaborados a respeito das mesmas. O professor não deve apenas dizer: Pinte! – Mas contextualizar a atividade de forma organizada e significativa para a criança, é necessário que o aluno compreenda a importância e também como utilizar adequadamente o material necessário.

Cabe ao professor estar atento e oferecer recursos e materiais que possibilitem a criança o desenvolvimento que possam propiciar-lhe momentos de criação e expressão, as interferências devem acontecer de modo brando e não invasivo de maneira que não interfira no processo de aprendizagem do aluno.

Quando necessário é mister ao professor oportunizar possibilidades para auxiliar seu aluno com necessidades especiais no processo de aprendizagem e viabilizar o ensino

bem como promover a inclusão de maneira real, e ainda garantir que o esse possa atuar na sociedade de maneira mais criativa e autônoma, percebendo e apreciando a realidade que o cerca valorizando, assim, diferentes manifestações culturais.

O cotidiano escolar possui desafios constantes que exigem do professor conhecimento acadêmico e sensibilidade para poder trabalhar com as diferentes realidades dos alunos e ainda promover a inclusão. Há que se levar em conta a diversidade cultural, social e pessoal onde estas crianças com necessidades especiais estão inseridas. Valorizar seus acertos e estimula-los para que os alunos possam avançar e superar-se.

Ao trabalhar com a criança especial o professor deve ter a noção de que muitos não serão capazes de assimilar da mesma maneira que outros crianças, no entanto é possível estabelecer vínculos independentemente de sua necessidade e ainda ter a certeza de que alguma informação foi registrada, pois a forma de assimilação do apresentado é diferenciada.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Infantil. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC-SEF, 1998, v.1.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição Brasileira de 1988**. Cap.III, seção I, art.205. ECA-Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, Memnon Edições Científicas, 2001.

KUHLMANN JR, Moyses. **Educação Infantil e Currículo**. (p.51-66). Revista Nova Escola, edição nº 142, maio de 2001.

SOARES, M. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, n 25, p 5-17, jan-abr, 2004.